

# PANORAMA DAS PESQUISAS SOBRE ACESSIBILIDADE E LAZER DE IDOSOS EM PARQUES E ÁREAS NATURAIS

Patricia Ortiz Monteiro<sup>1</sup> , Luciana Esther da Silva Felix<sup>2</sup> ,  
Daniel Righi Campos<sup>2</sup> , Mirian Cristina de Moura Garrido<sup>1</sup> 

## RESUMO

No Brasil, segundo a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842, 1994) e o Estatuto do Idoso (Lei 10.741, 2003), considera-se idosa a pessoa com 60 anos ou mais de idade. Diante da tendência demográfica que aponta o aumento da população idosa e a necessidade de garantir acessibilidade em parques e áreas naturais para atividades de lazer voltadas a essa população, este estudo objetivou realizar um levantamento bibliográfico acerca do assunto nas bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e do Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), entre os anos de 2015 e 2022. Nessa busca, foram associados diferentes descritores. Neste artigo, são apresentados os resultados relativos à produção acadêmica sobre as condições de acessibilidade e inclusão da população idosa em parques e áreas naturais. Como será demonstrado pela análise dos resultados, é escassa a produção científico-acadêmica acerca desse tema.

**Palavras-chave:** acessibilidade, idoso, parque, unidades de conservação, lazer.

## OVERVIEW OF RESEARCH ON ACCESSIBILITY AND LEISURE FOR ELDERLY IN PARKS AND NATURAL AREAS

### ABSTRACT

In Brazil, according to the National Policy for the Elderly (Law 8842, 1994) and the Elderly Statute (Law 10741, 2003), a person aged 60 years or older is considered elderly. Given the demographic trend that points to the increase in the elderly population and the need to ensure accessibility in parks and natural areas for leisure activities aimed at this population, this study aimed to carry out a bibliographic survey on the subject in the databases of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and the CAPES Periodicals Portal (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel), between 2015 and 2022. In this search, different descriptors were associated. In this article, the results related to the academic production on the conditions of accessibility and inclusion of the elderly population in parks and natural areas are presented. As will be demonstrated by the analysis of the results, the scientific-academic production on this topic is scarce.

**Keywords:** accessibility, elderly, park, natural areas.

<sup>1</sup> Universidade de Taubaté

<sup>2</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Autor Correspondente: Patricia Ortiz Monteiro

E-mail: patyortizmonteiro@terra.com.br

Recebido em 29 de Agosto de 2022 | Aceito em 13 de Março de 2023.



## 1 INTRODUÇÃO

---

Nas últimas décadas, o mundo vivencia um significativo aumento da expectativa de vida da população, decorrente dos avanços de várias esferas que impactam a melhoria da qualidade de vida, como na tecnologia, na medicina, no saneamento, na valorização da saúde e prevenção às doenças. Todos esses avanços representam importante conquista para a sociedade e, conseqüentemente, o número de pessoas idosas vem apresentando um crescimento considerável no Brasil. Existem divergências sobre a idade que caracteriza a pessoa idosa, pois alguns documentos, como o Estatuto do Idoso (Lei 10.741, 2003), indicam que seria a pessoa com 60 anos ou mais, enquanto outros documentos e parâmetros, como as estatísticas do IBGE, consideram idosa a pessoa com 65 anos ou mais. Neste sentido, o critério utilizado para a construção dos dados apresentados neste artigo leva em conta essa divergência, mas assume a caracterização “idoso” como parâmetro fundamental para a consideração dos textos, ressaltando que, entre eles, pode haver discordância em adotar 60 ou 65 anos como idade inicial da pessoa idosa.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) estima que o percentual de brasileiros com mais de 65 anos de idade passará de 9,83%, em 2020, para 17,41% em 2040. Em 2010, as pessoas com mais de 65 anos correspondiam a 7,32% do total da população no Brasil. Esses dados demonstram que a população idosa, no Brasil, apresenta uma taxa de crescimento maior do que a da população total. Deste modo, o Brasil vem se tornando um país com características etárias mais velhas e precisa voltar sua atenção para as necessidades dessa parcela da população.

As implicações acerca dessa evolução na curva etária do país demandam adaptações e criações de políticas públicas que atendam efetivamente ao Estatuto do Idoso (Lei 10.741, 2003), de forma que todos os idosos tenham suas necessidades atendidas integralmente. Assim, Estado e sociedade precisam se articular para assegurar que políticas públicas e sociais sejam instituídas para garantir, de forma prioritária, os direitos da pessoa idosa.

Portanto, considerando potencial redução de mobilidade característica nos corpos de pessoas idosas, evidencia-se a necessidade de adequar os ambientes para que elas possam transitar em espaços com o mínimo de barreiras arquitetônicas, sejam eles públicos ou privados.

Este artigo busca apresentar um breve panorama que mapeia as pesquisas acadêmico-científicas voltadas ao tema “Acessibilidade e Inclusão para a prática do lazer de idosos em parques e áreas naturais”, de forma que seja possível ponderar o interesse de pesquisadores no Brasil acerca do tema.

Tal mapeamento se dedicou a apurar as produções acadêmico-científicas publicadas entre os meses de maio de 2015 e julho de 2022 na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e do Portal de Periódicos Capes, vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que congrega as bases digitais de instituições brasileiras de pesquisa e ensino.

## 2 DESENVOLVIMENTO

---

### 2.1 PESQUISA DE DESCRITORES

---

Os descritores pesquisados, bem como os resultados encontrados nos bancos de dados mencionados, estão retratados na tabela 1.

Tabela 1. Resultado das pesquisas nos bancos de dados

DESCRITORES	BANCO DE DADOS			
	BDTD		PORTAL CAPES	
	A	B	A	B
Acessibilidade e Idoso	99	6	150	8
Acessibilidade, Idoso e Parque	08	4	221	6
Idoso, Acessibilidade e Aventura	0	0	181	2

**Legenda:**  
A – Total de pesquisas encontradas      B – Total de pesquisas relevantes

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Em comparação com banco de dados da BDTD, o Portal CAPES retornou uma quantidade mais expressiva de pesquisas correlatas ao tema proposto. Conforme os resultados apresentados, o banco de dados da BDTD não possui uma quantidade expressiva de pesquisas correlatas ao tema, além disso, para o descritor “Idoso, Acessibilidade e Aventura” não foi gerado nenhum resultado.

Ao analisar a tabela, pode-se perceber que o descritor “Idoso, Acessibilidade e Aventura” apresentou o menor número de publicações e o oposto ocorreu com o descritor “Acessibilidade e Idoso”, que apontou uma maior quantidade de pesquisas no total.

A tabela 2 elenca os 7 resultados que se revelaram coincidentes em diferentes descritores.

Tabela 2. Concomitância de resultados em diferentes descritores

TÍTULO	DESCRITORES		
	Acessibilidade, Idoso	Acessibilidade, Idoso, Parque	Idoso, Acessibilidade, Aventura
1	X	X	
2	X	X	
3	X	X	
4	X	X	
5	X	X	
6	X	X	X
7		X	X

**Legenda:**

- 1 – Acessibilidade no planejamento dos espaços públicos abertos e a inclusão do idoso: ações para o Parque Itaimbé em Santa Maria – RS
- 2 – Acessibilidade em Praças e Parques: o caso do Parque Dom Antônio Zattera em Pelotas - RS
- 3 – Avaliação da acessibilidade espacial no Parque João Goulart, Santa Rosa, RS
- 4 – Turismo e lazer do(a) idoso(a) na cidade de Brasília como forma de inclusão social
- 5 – Wayfinding e legibilidade ambiental em parque urbano: um estudo da percepção de usuários idosos
- 6 – Desenvolvimento e acessibilidade em Unidades de Conservação: Adaptação para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no Parque Natural Municipal Nascentes do Garcia, Município de Blumenau (SC)
- 7 – Acessibilidade Universal no turismo desenvolvido na Baía de Ilha Grande/RJ

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

É importante ressaltar que 6 das 7 publicações reconhecidas como relevantes para o mapeamento reapareceram nos resultados de dois ou mais descritores, apontando, assim, para um número ainda menor de estudos considerados significativos para o tema pesquisado.

## 2.1.1 ACESSIBILIDADE E IDOSO

A busca pelo descritor “Acessibilidade e idoso” apresentou um total de 249 resultados, dos quais 14 foram considerados relevantes para a temática, sendo que 6 deles estão indexados na base de dados da BDTD e 8 na base de dados da CAPES.

Na BDTD, foram encontrados um total de 99 resultados, sendo 6 relevantes. Desse total, 6 apareceram também nos resultados da pesquisa com o descritor “Acessibilidade, Idoso e Parque” e um deles apareceu nos 3 descritores pesquisados.

A pesquisa “Acessibilidade no planejamento dos espaços públicos abertos e a inclusão do idoso: Ações para o parque Itaimbé em Santa Maria/RS”, traz uma reflexão acerca dos impactos do envelhecimento da população mundial. Nela, Moro (2017) aponta para um contexto urbano dos espaços públicos abertos, como praças e parques, tendo como premissa a acessibilidade como fator de inclusão social. O autor sugere estratégias a serem implementadas no parque de modo que se torne mais acessível ao público idoso.

Na publicação “Acessibilidade em Praças e Parques: o caso do Parque Dom Antônio Zattera em Pelotas – RS”, Fernandes (2017) utilizou métodos qualitativos e quantitativos para analisar a percepção ambiental sobre a área pesquisada. Segundo a autora, o objetivo geral da pesquisa foi identificar quais diretrizes devem ser consideradas em reformas e projetos de espaços públicos de lazer, como praças e parques, proporcionando conforto e segurança a todos, de forma a aumentar a integração social e melhor, assim, a qualidade de vida da população.

O trabalho (Fernandes, 2017) utilizou as teorias de pesquisa da percepção ambiental para investigar os elementos que devem ser considerados no desenvolvimento de um projeto acessível. A autora reforça que a percepção é indispensável em pesquisas sobre o planejamento do ambiente, pois permite avaliar diversas necessidades de diferentes grupos e culturas que desempenham funções e atividades distintas. Além disso, Fernandes (2017) destaca a importância fundamental dessa percepção ambiental para que se compreenda as interações entre homem e o ambiente, as expectativas, as necessidades, as satisfações e as insatisfações.

De forma geral, o estudo de Fernandes (2017) demonstra que a falta de metodologia e de critérios projetuais acarretam na falta de acessibilidade, afastando os usuários com algum tipo de limitação ou deficiência e diminuindo, assim, a qualidade de vida desses grupos (pessoas com deficiência visual, crianças com até 5 anos de idade e idosos). A autora propõe, por fim, diretrizes que auxiliem o poder público nos projetos de requalificação de espaços públicos, como praças e parques, baseados na acessibilidade.

Na publicação “Avaliação da acessibilidade espacial no Parque João Goulart, Santa Rosa, RS”, Klein (2019) teve por objetivo avaliar a acessibilidade com a finalidade de propor diretrizes aplicáveis a parques, em geral, com foco na acessibilidade espacial de idosos e de pessoas com deficiência física e visual. O estudo se baseou em observações técnicas por meio de preenchimento de planilhas, com conteúdo apoiado em normativas. Também foram realizadas entrevistas com o público idoso frequentador do parque.

Na pesquisa intitulada “Turismo e lazer do(a) idoso(a) na cidade de Brasília como forma de inclusão social”, Castro (2016) analisou como as práticas de turismo possibilitam aos idosos experiências para sua inclusão social. No desenvolvimento da pesquisa, foram entrevistados 25 idosos e utilizados três tipos de metodolo-

gias para obtenção de dados: pesquisa bibliográfica e documental, observação direta, pesquisa de campo e entrevista.

Durante a pesquisa, Castro (2016) concluiu que a maioria das pessoas idosas não tem acesso aos espaços de lazer e turismo, desconhecendo a importância e os benefícios que esses podem lhes oferecer. No entanto, todos os entrevistados apresentaram gosto por viagem e turismo. É importante destacar que esta pesquisa também aparece nos resultados do descritor “Acessibilidade, Idoso, Parque”, assim como as pesquisas correspondentes aos títulos de número 1, 2, 3, 4 e 6, constantes na tabela 2.

Na quinta pesquisa encontrada, “Wayfinding e legibilidade ambiental em parque urbano: um estudo da percepção de usuários idoso”, Nogueira (2017) procurou avaliar a percepção ambiental de idosos em um parque urbano, identificando elementos de legibilidade espacial e suas formas de contribuição para o processo de wayfinding. O estudo utilizou, junto aos idosos usuários do parque, ferramentas como mapas comportamentais centrados no indivíduo, entrevistas e passeios pelo local. Além disso, contou com uma abordagem de multimétodos, por meio de levantamento documental, visitas exploratórias e walktroug.

Na última pesquisa encontrada no banco de dados da BDTD, denominada “A satisfação com a vida de pessoas idosas frequentadoras de um parque municipal”, Soares (2021) identificou aspectos relacionados à satisfação com a vida, o bem-estar subjetivo e o bem-estar psicológico nas pesquisas realizadas com pessoas idosas no Brasil, na década iniciada em 2008, indo, portanto, até 2018. O autor fez um levantamento sobre o nível de satisfação com a vida entre as pessoas idosas que participam de atividades (físicas, culturais, recreativas, educativas e laborais) em um centro comunitário da cidade de Manaus. No decorrer do trabalho, Soares (2021) analisou quais eram os principais aspectos que se relacionam com o sentimento de satisfação para com a vida, na percepção das pessoas idosas pesquisadas. Para alcançar seus objetivos, desenhou um estudo de abordagem quali-quantitativa, composto de três subpartes: revisão de literatura, aplicação de formulários e escrita de cartas redigidas pelos idosos participantes da pesquisa.

No banco de dados do Portal CAPES, foram encontrados 150 resultados, sendo 8 considerados relevantes. No entanto, 6 dessas pesquisas apareceram no descritor “Acessibilidade, Idoso e Parque” e uma delas apareceu na busca por “Acessibilidade, Idoso e Aventura”, ou seja, nos 3 descritores pesquisados, como explicitado anteriormente.

O estudo denominado “A (in)visibilidade das práticas de lazer do idoso nos espaços livres mantidos pelo poder público de Porto Nacional - TO”, teve como objetivo conhecer as percepções dos idosos em relação ao uso dos espaços livres e públicos de lazer de Porto Nacional e às práticas de lazer nesses espaços. Teles (2019) analisa as motivações para frequentar os espaços, as atividades que são realizadas nesses lugares e as impressões acerca dos locais. A autora realizou pesquisa bibliográfica e de campo e entrevistou 228 idosos, distribuídos nos 15 setores censitários do perímetro urbano, concluindo que os espaços públicos de lazer mantidos pelo poder público municipal de Porto Nacional, são considerados ótimos para 14,2% dos idosos, bons para 42,9%, regulares para 35,7%, ruins para 7,1% e péssimos para 7,1%.

Em “Acessível ou não? Eis a questão! Analisando a acessibilidade do Centro Histórico de Paraty (RJ) por meio da experiência turística da pessoa com deficiência física”, Rodrigues (2019) teve como objetivos investigar as barreiras para a mobilidade de pessoas com deficiência no centro histórico de Paraty e entorno, e verificar um paradoxo entre tombamento de patrimônio e acessibilidade, observando o posicionamento de agentes sociais do turismo como o IPHAN, a gestão pública municipal e a pessoa com deficiência física quanto à acessibilidade naquela cidade. A autora examinou documentos, legislações federais e municipais que tratam da acessibilidade em patrimônios culturais, e os resultados mostraram barreiras na cidade de Paraty, mesmo sem impedimento legal para implantação da acessibilidade. O estudo apontou que há ausência de

ações efetivas por parte do poder público, o que acarreta na não redução dos obstáculos que impedem a mobilidade.

## 2.1.2 ACESSIBILIDADE, IDOSO E PARQUE

No levantamento de pesquisas com os descritores “Acessibilidade, Idoso e Parque”, obteve-se um retorno de 229 publicações, entre as quais 8 foram obtidas na base de dados da BDTD e 221 na CAPES. Na BDTD, dos 8 resultados obtidos, 6 publicações também apareceram nas pesquisas do descritor “Acessibilidade e Idoso”, conforme explicitado na tabela 2, e 5 foram considerados relevantes neste levantamento: “Acessibilidade em Praças e Parques: o caso do Parque Dom Antônio Zattera em Pelotas – RS”, de Fernandes (2017); “Acessibilidade no planejamento dos espaços públicos abertos e a inclusão do idoso: ações para o Parque Itaimbé em Santa Maria-RS”, de Moro (2017); “Wayfinding e legibilidade ambiental em parque urbano: um estudo da percepção de usuários idosos”, de Nogueira (2017); “Avaliação da acessibilidade espacial no Parque João Goulart, Santa Rosa, RS”, de Klein (2019).

Quanto à consulta na base de dados da CAPES, foram selecionados 6 resultados relevantes. No primeiro, intitulado “Turismo e lazer do(a) idoso(a) na cidade de Brasília como forma de inclusão social.”, Castro (2016) concluiu que as pessoas idosas não têm acesso aos espaços de lazer e turismo, desconhecendo a importância e os benefícios que esses podem lhes oferecer. Esta dissertação também aparece como resultado do levantamento realizado com o descritor “Acessibilidade, idoso”.

As pesquisas: “Acessibilidade Universal no Turismo desenvolvido na Baía de Ilha Grande/RJ” (Magalhães, 2019) e “Desenvolvimento e acessibilidade em Unidades de Conservação: adaptação para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no parque natural municipal nascentes do Garcia, município de Blumenau (SC)” (Feuser, 2018), também apareceram nas buscas do descritor “Idoso, Acessibilidade e Aventura”.

## 2.1.3 IDOSO, ACESSIBILIDADE E AVENTURA

O descritor “Idoso, Acessibilidade e Aventura” obteve como resultado do banco de dados da CAPES 181 estudos. No entanto, somente 2 foram considerados relevantes para a temática abordada e ambos aparecem também nos resultados obtidos em outros descritores.

As pesquisas de Magalhães (2019) e de Feuser (2018) aparecem nas buscas do descritor “Acessibilidade, Idoso e Parque”. A primeira (Magalhães, 2019) tem como objetivo analisar a conformação do território de inclusão. A relevância do tema se evidencia em virtude do reforço às ações que oportunizam processos de inclusão social em áreas naturais. Feuser ressalta: “Um território de inclusão como estratégia de desenvolvimento deve prezar pela cidadania e democratização dos espaços, com a aplicação de métodos que eliminem as barreiras que sustentam a segregação espacial entre pessoas com e sem deficiência.” (Feuser, 2018, p. 140). A autora salienta que a unidade de conservação, foco da pesquisa, demanda adequações nas estruturas físicas, no ambiente natural e no atendimento às Pessoas Deficientes e com Mobilidade Reduzida e ressalta a importância do envolvimento dessas pessoas nas decisões, a fim de garantir maior êxito nas intervenções.

No estudo “Desenvolvimento e acessibilidade em Unidades de Conservação: adaptação para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no parque natural municipal Nascentes do Garcia, município de Blumenau (SC)”, Magalhães (2019) analisa os destinos turísticos localizados na Baía de Ilha Grande (os municípios de Angra dos Reis e Paraty) sob a ótica da acessibilidade universal aplicada às pessoas com deficiência motora, visual e mobilidade reduzida. Na pesquisa foi realizada com instituições ligadas ao turismo, secretarias de turismo e locais turísticos dos municípios estudados. Magalhães (2019) considera que esses destinos são

referências em turismo no estado do Rio de Janeiro devido aos seus atrativos naturais e culturais, por isso a necessidade de levantar informações a respeito da adaptação dessas cidades em função da acessibilidade universal, tendo como base o artigo 5º da Constituição Brasileira, que estabelece a liberdade de ir e vir do indivíduo e a Lei nº 10.048, que coloca critérios para a promoção da acessibilidade.

Os resultados da busca realizada na base de dados da BDTD apontam para a necessidade da realização de um estudo panorâmico sobre a acessibilidade e inclusão do idoso em parques e áreas naturais, pois não foram encontradas pesquisas relacionadas ao tema em questão.

## 2.2 O IDOSO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS NO BRASIL

Em razão do dinâmico processo de envelhecimento da população brasileira, é pertinente salientar que os desafios percebidos neste cenário estão associados, sobretudo, à previdência social, à saúde, à assistência social, ao cuidado e à integração social dos idosos. Destaca-se que, segundo as projeções do IBGE (2016), o Brasil será, em 2025, o país com a maior população idosa da América Latina. Neste contexto, as questões acerca da qualidade de vida da pessoa idosa, as nuances da longevidade e o desenvolvimento de políticas públicas específicas para as pessoas nesta etapa da vida, circundam a sociedade.

A Constituição de 1988 delineou o caminho para a legislação sobre o idoso e as definições de diretrizes para atendimento aos interesses e às necessidades desse público, legislações essas que passaram por uma série de transformações. A primeira lei específica para atender as necessidades das pessoas idosas no Brasil foi a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842), de 1994. Um dos princípios que regem a Política Nacional do Idoso estabelece que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, seu bem-estar e o direito à vida.

Considerada um marco da legislação brasileira, a Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, determina que a pessoa idosa “tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade” (Lei 10.741, 2003).

O Estatuto da Pessoa Idosa, em seu artigo 3º, enfatiza que:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (Lei 10.741, 2003).

Desta forma, de acordo com as leis vigentes (Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso de 1994, o Estatuto do Idoso de 2003 e o Código Civil de 2002), é papel do Estado e da sociedade garantir, com prioridade, as necessidades da pessoa idosa. Essa definição resultou nas últimas décadas, segundo Ploner (2012, p.13), no surgimento de programas que visam um envelhecimento saudável e ativo, fruto de organizações governamentais e não governamentais, e que já apresentam alterações na vivência do envelhecimento e na relação dos idosos com a sociedade.

Sob esse contexto, Silva (2016, p.7) coloca que é necessário ponderar a existência de iniciativas por parte do governo, ainda que somente sua existência não signifique que todas as necessidades dos idosos tenham sido supridas. Para o autor, a sociedade também possui um papel fundamental no respeito ao idoso e na prática de ações que atendam as leis de proteção do grupo.

De forma semelhante, no que concerne a existências de uma legislação que proteja e ampare os idosos, Feuser (2018, p. 16) salienta que a existência delas, não, necessariamente, repercute na concretização de

direitos. Ademais, ressalta, há uma imprescindibilidade em se planejar ações efetivas, por meio de políticas públicas que atendam às demandas específicas dessa parcela da população.

## 2.3 O IDOSO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS NO BRASIL

Ao abordar o desenvolvimento social e cultural, evidencia-se a necessidade de problematizar questões relacionadas à prática e ao tempo de lazer, pois essas discussões não só fomentam o desenvolvimento sociocultural de uma região, como também valorizam a história, a memória, a identidade e a civilização. Nesse sentido, ainda que outros autores, como Almeida (2021), problematizem alguns aspectos da definição de Dumazedier (1973) sobre lazer<sup>1</sup>, a acepção deste segue sendo utilizada, como aqui se apresenta o lazer pode ser compreendido como:

um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (Dumazedier, 1973, p. 34)

Entre as categorias de unidades de conservação, os parques são as mais conhecidas. Isso se deve à integração entre a preservação de seus recursos naturais com o uso público para fins recreativos, educacionais e científicos. As unidades de conservação, como é o caso dos parques, têm em seus cerne o uso público de suas áreas para o lazer e a recreação, bem como a preservação do patrimônio biológico existente em sua área.

As atividades de lazer em áreas naturais são um modo de conciliar diversão com preservação e educação ambiental, ou seja, ao mesmo tempo que entretém o público, sensibiliza-o sobre a importância da proteção desses espaços.

De acordo com Feuser (2018, p. 46), o “[...] lazer é um condicionante da saúde física e psíquica, sendo necessário para todo ser humano”. Entre os grupos sociais que apresentam a demanda, cada vez mais crescente, por lazer e/ou recreação em parques, encontram-se os grupos de idosos. A prática de atividades físicas e atividades de lazer pelos idosos é defendida por especialistas, já que provê benefícios para a saúde física e mental. Castro (2016, p.91) corrobora essa visão, defendendo que o turismo, uma prática do lazer, possibilita ao idoso a socialização nessa etapa da vida, não apenas durante a experiência, como no retorno para suas casas, quando possuem a oportunidade de partilhar com a família e os amigos as experiências vividas.

Assim, as atividades em meio à natureza são uma possibilidade de vivência prazerosa e de crescimento pessoal. Para Feuser (2018), as áreas naturais são espaços de aproximação do ser humano com natureza, que oportunizam conhecimento, geram senso de proteção e cuidado em seus visitantes, fazendo-se imprescindível a acessibilidade para todos.

Atualmente, uma das principais propostas de atividades nos parques são aquelas que incentivam e precinizam a aventura, que, em geral, não apresentam especialização suficiente no atendimento à participação do público idoso. Dias (2006, p.57) salienta que nos últimos anos é possível notar um aumento da procura por atividades de aventura pelos idosos, o que impulsiona inclusive pesquisas sobre o tema, posto não ser mais exclusividade de uma faixa etária específica a busca pela “experimentação de emoções mais significativas e

1 Para Almeida (2021, p.216) lazer, por exemplo, não pode ser definido como tendo por função o descanso e o repouso, uma vez que esses conceitos em seu entendimento pressupõem o ócio, o não uso de força e energia que seriam necessários no lazer; igualmente, afirma que não existe busca de informação desinteressada no capitalismo, posto que toda atualização parte de um interesse que trará algum benefício; e que nas sociedades capitalistas, o lazer não se opõe ao trabalho, ele também se transforma em mercadoria.

de satisfação pessoal, profissional e social”.

Estabelecer restrições para a prática de atividades de aventura para esse público não é usual. No entanto, para Dias (2006), ainda que o mercado já tenha compreendido os idosos como potenciais consumidores das atividades de lazer que envolvem aventura, as adaptações ainda são limitadas, pois são provenientes da falta de informações e conhecimento, tanto do mercado que oferece esse tipo de serviço quanto dos idosos que, muitas vezes, nem cogitam esse tipo de prática porque assumem não ser possível para sua faixa etária.

A autora, ainda pondera que as atividades de aventura para idosos possibilitam amenizar o processo de envelhecimento, favorecendo o resgate da autonomia, da autoestima, do autoconceito daqueles que praticam, e oportunizam sensações de bem-estar, de satisfação e de prazer de viver (Dias, 2006, p.59).

É, portanto, neste contexto que se discute a promoção de acessibilidade e inclusão nas áreas naturais. Considerando que a visitação em áreas de uso público de parques ocorre com diferentes grupos, as suas trilhas devem estar aptas a atender às especificidades de toda a diversidade de pessoas, incluindo idosos, crianças, pessoas com deficiência, pessoas com mobilidade reduzida.

## 2.4 A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO E DA ACESSIBILIDADE PARA O IDOSO

No processo de envelhecimento, os idosos enquadram-se no grupo de pessoas que podem apresentar redução da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora e da percepção.

Moro (2017) aponta que a idade avançada dos idosos pode trazer necessidades especiais, principalmente àquelas ligadas às dificuldades naturais psicomotoras, que refletem em sua mobilidade e sua interação com os espaços nos quais se inserem. Assim, depreende-se a necessidade de adequações quanto à acessibilidade do idoso na prática do lazer nos parques, como é o caso da implantação de trilhas e atividades de aventura. O autor sugere adequações arquitetônicas e capacitação aos envolvidos no atendimento ao público, pois argumenta que tais medidas possibilitarão acessibilidade universal e a real inclusão desses e de todos os grupos.

De acordo com Sasaki (1997), para poder incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada para que atenda às necessidades dos indivíduos, de forma particularizada. Adequações e melhorias nos ambientes públicos e privados, visando a otimização da mobilidade da população idosa assim como sua inclusão na sociedade, são fatores, portanto, essenciais.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146, 2015) assim define acessibilidade:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e co-municação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (Lei 13.146, 2015)

Essa lei define pessoa com mobilidade reduzida como aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo o idoso. A Política Nacional do Idoso (Lei 8.842, 1994), por exemplo, menciona a questão da diminuição das barreiras arquitetônicas e urbanas.

Tomada essa concepção sobre acessibilidade, é importante também compreender o que está implícito quando se discute a inclusão social. Para Sasaki (1997, p.39-40), a inclusão social é o processo de adaptação da sociedade para poder incluir, em diferentes esferas, pessoas com necessidades especiais, ao mesmo tem-

po em que elas se organizam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social, portanto, é definida pelo autor como via de mão dupla, entre sociedade e as pessoas que estão excluídas dela, a fim de equacionar problemas e efetivamente ofertar oportunidade para todos.

Dessa forma, o Sasaki (1997) considera que a inclusão social é um processo que compreende uma mudança da mentalidade de toda a sociedade, que vise a efetiva inclusão das pessoas com necessidades específicas nos ambientes e espaços físicos internos e externos, nos meios de comunicação, no mobiliário, nos equipamentos e meios de transporte e etc. O autor pondera que, para a inclusão acontecer, é preciso entender que ela é necessária e que a mudança e/ou adaptação dos ambientes e espaços físicos é/são de extrema relevância. O ambiente que atende o público traz, além da funcionalidade, conforto, confiança e permite que qualquer pessoa, independentemente de sua condição, possa explorar o ambiente com autonomia.

Neste viés, a população idosa passa a ser compreendida como grupo para o qual se devem direcionar ações que promovam a acessibilidade, em consideração às necessidades decorrentes, direta ou indiretamente, do processo de envelhecimento. Como explica Magalhães (2016, p.11) “deficiências motoras representam mobilidade reduzida, mas a mobilidade reduzida não necessariamente representa as deficiências gerais pois algumas dificuldades que reduzem a mobilidade são impedimentos naturais” tais como as vividas por um idoso ou por um indivíduo com criança de colo.

Em adição, a Lei nº 10.098/2000 caracteriza pessoa com mobilidade reduzida como sendo “[...] aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso (Brasil, 2000).

Assim, tomando como pressuposto a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, classificação que abrange potencialmente os idosos, pode-se considerar acessibilidade como “[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida” (Lei 10.098, 2000).

Klein (2019) considera que “[...] pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, além da perspectiva médica e individual, associam-se a uma perspectiva estrutural e social, em que o ambiente de interação tem um enorme impacto sobre a experiência e a extensão das suas dificuldades de mobilidade”. (Klein, 2019, s/p). Partindo disso, em consonância com Klein (2019), é possível extrapolar a noção de acessibilidade para vários âmbitos da vida social, posto que algumas limitações são não apenas de ordem física, motora ou arquitetônica, podendo ser compreendidas como formas de reiterar a segregação historicamente perpetrada.

De forma semelhante, Souza (et. al. 2019) enfatiza que o lazer é visto como possibilidade real de realização pessoal, mas que apesar do crescimento do número de idosos e de sua procura pelo lazer, as políticas e práticas para efetivação do lazer para este grupo são limitadas. Os autores indicam que não se trata apenas de garantir o acesso à infraestrutura adequada, que levem em conta suas características e necessidades específicas, ainda que seja fundamental; é necessário, também, pensar nas expectativas daqueles que desejam praticar a atividade (lazer/viagem) e nas inter-relações dos envolvidos no processo.

Para Fernandes (2017), a criação de praças e parques acessíveis representará um avanço para participação das pessoas idosas nas atividades econômicas e sociais, visto que os problemas de mobilidade constituem um fator de inibição do direito de participação delas na sociedade.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a previsão de aumento da população idosa nas próximas décadas a discussão sobre acessibilidade de idosos as práticas de lazer é premente. A oferta de espaços de lazer acessíveis deve ser ampliada, concomitantemente à criação e à efetivação de políticas públicas e ações que incentivem o protagonismo dos idosos.

Atualmente, os parques públicos são procurados pelos idosos por possibilitar um contato mais próximo com a natureza, o que gera bem-estar. No entanto, as especificidades relacionadas a esta fase da vida demonstram que, nesses locais, deve haver adaptações estruturais que possibilitem a prática do lazer com segurança, garantindo a acessibilidade e a inclusão da pessoa idosa nesses ambientes e na sociedade como um todo.

Entre as principais ofertas de lazer nos parques, estão as atividades de aventura. No entanto, não há a participação do público idoso nesse nicho de atividades, dada a falta de informação e de treinamento qualificado. Desta forma, é necessário adequar as condições para a prática de atividades de aventura pelos idosos, considerando as regulamentações relativas às exigências de segurança. Incluir os idosos na prática das atividades de aventura, implica em oferecer condições de acessibilidade e inclusão que considere as necessidades e particularidades inerentes ao processo de envelhecimento.

Tendo por objetivo apresentar um breve panorama das pesquisas voltadas ao tema “Acessibilidade e Inclusão para a prática do lazer de idosos em parques e áreas naturais”, o artigo demonstra que, nos últimos anos, existe um número relativamente expressivo de trabalhos abordando o tema “acessibilidade e inclusão”. No entanto, ao associar acessibilidade com idoso verifica-se uma diminuição considerável de trabalhos acadêmicos que discutem a questão nesta intersecção. Percebe-se que, não obstante a escassa produção acadêmica, a maior parte das ações e reflexões que tematizam a acessibilidade, sejam elas relacionadas à infraestrutura, à prestação de serviço ou ao atendimento, não enfatiza critérios identitários associados à idade, em geral, o público-alvo das pesquisas no tema acessibilidade é aquele definido como “pessoas que usam cadeiras de rodas”.

Deste modo, um número reduzido de pesquisas foi publicado acerca da acessibilidade do público idoso em áreas naturais ou parques. A relação entre a prática de atividades de aventura e a pessoa idosa é ainda mais distante dos trabalhos publicados no Brasil. A baixa quantidade de pesquisas relevantes ao tema proposto neste artigo corrobora com a importância do mapeamento realizado. Entende-se, portanto, que a comunidade acadêmica que publica nos bancos de dados aqui analisados não tem demonstrado interesse em discutir a questão. Isso representa um problema em potencial, pois a tendência de envelhecimento demográfico da população brasileira só se acentua ao longo dos anos.

Ainda assim, é necessário ressaltar que as publicações identificadas e analisadas contribuem para a construção de práticas e políticas de lazer para idosos. Autores como Moro (2017), Fernandes (2017), Klein (2019) e Feuser (2018), por exemplo, analisam o panorama de seus recortes espaciais e sugerem estratégias para efetivação da acessibilidade de idosos aos espaços de lazer analisados; Castro (2016) e Soares (2021), por seu turno, argumentam sobre a importância de compreender o lazer nessa faixa etária relacionando-o ao bem estar e à realização pessoal; os autores ainda contribuem denunciando a ausência de preocupação por parte dos agentes públicos ou dos espaços de lazer em torna-los efetivamente acessíveis ao público mais velho, caso de Rodrigues (2019).

Discutir, problematizar e pesquisar a respeito da acessibilidade de idosos na sociedade é uma forma de pressionar Estado e sociedade civil para que reconheçam as necessidades desse público e promovam, de fato, a inclusão dos idosos em todos os âmbitos da vida social. No que se refere à prática de lazer em parques e áreas naturais, compreende-se a necessidade de adequações para garantir a acessibilidade do

## 4. REFERÊNCIAS

- Almeida, F. M. (2021). O Conceito de Lazer: uma análise crítica. *Revista Novos Rumos Sociológicos*, 9(16), 206-229.
- Castro, I. N. (2016). *Turismo e lazer do(a) idoso(a) na cidade de Brasília como forma de inclusão social*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília].
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, (2016). Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- Dias, V. K. (2006). *A participação de idosos em atividades de aventura no âmbito do lazer: valores e significados*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo].
- Dumazedier, Joffre. (1973). *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva.
- Fernandes, L. W. (2017). *Acessibilidade em Praças e Parques: o caso do Parque Dom Antônio Zattera em Pelotas - RS*. [Dissertação de Mestrado Arquitetura, Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul].
- Feuser, S. (2018) *Desenvolvimento e acessibilidade em Unidades de Conservação: Adaptação para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no Parque Natural Municipal Nascentes do Garcia, Município de Blumenau (SC)*. 2018. [Tese de Doutorado, Universidade Regional de Blumenau. Santa Catarina].
- IBGE. (2016) *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016* / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE. (2019) Em 2018, expectativa de vida era de 76,3 anos. Recuperado de: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26104-em-2018-expectativa-de-vida-era-de-76-3-anos>.
- Klein, P. (2019). *Avaliação da acessibilidade espacial no Parque João Goulart, Santa Rosa, RS*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul].
- Lei 8.842, de 04 de janeiro de 1994. *Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências*. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm).
- Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida*. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm).
- Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003. *Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm).
- Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm).
- Magalhães, Bianca dos S. (2019) *Acessibilidade universal no turismo desenvolvido na Baía de Ilha Grande/RJ*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro].
- Moro, I. P. (2017). *Acessibilidade no planejamento dos espaços públicos abertos e a inclusão do idoso: Ações para o parque Itaimbé em Santa Maria/RS*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-Rio Grande do Sul].
- Nogueira, D. L. (2017). *Wayfinding e legibilidade ambiental em parque urbano: um estudo da percepção de usuários idosos*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa].
- Ploner, K. S. (2012). *Educação para uma práxis solidária e um envelhecimento ativo*. In Ruschmann, Doris. V. D. M.; Solha, Karina. T. (org.). *Turismo e lazer para pessoa idosa*. Barueri, São Paulo: Manole Ltda.
- Rodrigues, L. (2019). *Acessível ou não? Eis a questão! Analisando a acessibilidade do Centro Histórico de Paraty (RJ) por meio da experiência turística da pessoa com deficiência física*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro].

- Sasaki, R. K. (1997). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA.
- Sasaki, R. K. (2003). *Inclusão no Lazer e Turismo em busca da qualidade de vida*. São Paulo: Áurea.
- Sasaki, R. K. (2009). Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, 10-16. Recuperado de: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI\\_-\\_Acessibilidade.pdf?1473203319](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319).
- Silva, L. M. M. (2016) *Para sempre Jovem: Valores e significados do Turismo para a Terceira Idade*. Juiz de Fora, Minas Gerais. Recuperado de: <https://www.ufjf.br/bach/files/2016/10/LILIAN-MARIA-MORAES-DA-SILVA-1-sda.pdf>.
- Soares, A. F. (2021). *A satisfação com a vida de pessoas idosas frequentadoras de um parque municipal*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas, Manaus].
- Souza, C. C. B. et. al (2019). A viagem a lazer como experiências (trans) formadora para idosos. *Revista Subjetividades*, 19(2), pp.9224.
- Teles, M. M. R. (2019). *A invisibilidade das práticas de lazer do idoso nos espaços livres mantidos pelo Poder Público de Porto Nacional – TO*. [Dissertação de Mestrado, Fundação Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, Tocantins].